



RESOLUÇÃO 02/25.

(Dispõe sobre as restrições ao trânsito de caminhões nas vias públicas do Município e dá outras providências).

O Secretário de Mobilidade do Município de Sorocaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO que compete ao órgão executivo de trânsito do Município, no âmbito de sua circunscrição, planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos conforme dispõe o art. 24, inciso II da Lei nº9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO que na área urbana do município de Sorocaba remanescem pontes e viadutos cuja altura restringe o trânsito de veículos com cargas excepcionais, nos moldes da Resolução nº 1015/2024, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que regulamenta o artigo 99 do CTB;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantar medidas para redução de circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

CONSIDERANDO, finalmente, que a circulação de pessoas e a movimentação de mercadorias compartilham do mesmo espaço urbano, resultando em dificuldades crescentes de circulação durante o dia e a ociosidade durante a noite, sugerindo alterações de hábitos;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica proibido o trânsito caminhões, nas avenidas Dom Aguirre, Carlos Reinaldo Mendes e demais vias urbanas identificadas pela sinalização regulamentadora.

Art. 2º - Não está abrangido pela proibição do artigo 1º desta Resolução, o trânsito dos veículos previstos no artigo 29, incisos VII e VIII, do CTB, e dos relacionados a seguir:

I – Condições ao porte de veículo:

a) Veículo Urbano de Carga – VUC, definido como o caminhão que apresenta comprimento máximo de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros),



largura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e cuja carga útil seja acima de 1.500kg.

b) Veículo Leve de Carga – VLC, caracterizado como aquele caminhão que tenha comprimento acima de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) até o máximo de 6,30m (seis metros e trinta centímetros), largura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e carga útil acima de 1.500kg.

Art. 3º - Nos casos não previstos no artigo anterior, bem como nas situações excepcionais e temporárias, poderá ser permitido o trânsito de veículos relacionados no artigo 1º desta Resolução, mediante requerimento do interessado, protocolado na Secretaria de Mobilidade, com 05 (cinco) dias de antecedência, admitindo-se, para casos de excepcional urgência, o exame de pedido feito com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, desde que justificada essa situação no próprio requerimento.

Art. 4º - A fiscalização do disposto nesta Resolução será efetuada pelos Agentes da Autoridade de Trânsito, que poderão determinar, a qualquer momento, a imobilização do veículo para a inspeção mais adequada, ou equipamentos eletrônicos.

Art. 5º - A inobservância do disposto na presente Resolução acarretará na imposição das penalidades cabíveis, previstas no Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 12 de agosto de 2025, revogadas as disposições em contrário, em especial a 014/2003.

Sorocaba, 12 de agosto de 2025.

CARLOS EDUARDO PASCHOINI
Secretário de Mobilidade